



XVI COLOQUIO INTERNACIONAL DE  
GESTIÓN UNIVERSITARIA – CIGU

Gestión de la Investigación y Compromiso Social de la Universidad

Arequipa – Perú  
23, 24 y 25 de noviembre de 2016

ISBN: 978-85-68618-02-8

**PANORAMA DE ESTUDOS ACERCA DA TRANSPARÊNCIA NAS  
UNIVERSIDADES PÚBLICAS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A GESTÃO  
UNIVERSITÁRIA**

**DIEGO ELLER GOMES**

Universidade Federal de Santa Catarina

[diego.eller@ufsc.br](mailto:diego.eller@ufsc.br)

**DALTON FRANCISCO DE ANDRADE**

UFSC

[dalton.andrade@ufsc.br](mailto:dalton.andrade@ufsc.br)

**MURILO PEDROSO ALVES**

Universidade Federal de Santa Catarina

[murilopedrosoalves@gmail.com](mailto:murilopedrosoalves@gmail.com)

**ALACOQUE LORENZINI ERDMANN**

Universidade Federal de Santa Catarina

[alacoqueerdmann@ufsc.br](mailto:alacoqueerdmann@ufsc.br)

**RESUMO**

Introdução: A transparência é um campo de estudos relativamente novo e possibilita a redução da corrupção nos diversos segmentos sociais, inclusive nas Universidades Pública brasileiras. Objetivo: apresentar um panorama dos estudos realizados acerca da transparência nas Universidades Públicas do Brasil e identificar lacunas no conhecimento para oportunizar possíveis desenvolvimentos de estudos sobre o tem. Método: trata-se de uma revisão de modo sistemático para apresentar o panorama dos estudos que estão sendo realizados na comunidade científica e análise bibliométrica para identificar as lacunas do conhecimento da transparência nas universidades públicas. Resultados: Foram selecionados 81 artigos alinhados ao tema e que sustentaram a apresentação do panorama dos estudos realizados assim como possibilitaram identificar as lacunas para possíveis estudos acerca do tema em voga. Considerações Finais: A transparência é um tema ainda pouco explorado na literatura, especialmente no contexto das universidades públicas.

**Palavras-chave:** Transparência; Governança; Universidade Pública; Gestão Universitária.

## INTRODUÇÃO

A transparência é um campo de estudos relativamente novo e um ideal democrático básico (HARDER; MEAGAN; JORDAN, 2013). Ela é um dos princípios da governança pública (CRUZ *et al*, 2012) e uma das regras fundamentais do processo de aquisição a ser realizado pelo setor público, a qual permite a obtenção de informações adequadas acerca dos procedimentos de compras e a diminuição do risco de corrupção (OCHRANA; PAVEL, 2013). A promoção da transparência é um dever das entidades públicas no que se refere à sua administração, e a sociedade, por sua vez, tem o direito ao acesso a todas as informações que possibilitem o acompanhamento dos atos da administração pública. Dessa forma, ao divulgar as informações, o setor público oportuniza a aproximação da sociedade da gestão exercida por seus representantes, através da participação social (FIGUEIREDO; SANTOS, 2014; CRUZ *et al*, 2012).

Uma gestão transparente tem como principal característica o acesso a informações compreensíveis para todo cidadão, proporcionando um ambiente de análise e reflexão a partir da divulgação das informações referentes aos processos de tomadas de decisão. Contudo, é a natureza dessas informações que determinará o nível de transparência do setor público (HARDER; MEAGAN; JORDAN, 2013). Por conseguinte, publicizar as informações não pressupõe, necessariamente, ser transparente, pois as informações disponibilizadas devem ser capazes de comunicar o real sentido que expressam e não parecerem enganosas. A divulgação de informações para grupos restritos veda seu caráter de promoção da cidadania e fere os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, ao propiciar o desenvolvimento de um ambiente facilitador de condutas corruptas e ilegais, situações em que a gestão pública pode esconder informações por julgá-las indevidas para o acesso generalizado (FIGUEIREDO; SANTOS, 2014).

A Lei de Acesso à Informação, nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no Brasil, visa tornar mais inteligível o conhecimento da informação pública pelos cidadãos, a fim de que exerçam um papel essencial na identificação de fraudes, as quais impedem o crescimento do país e minimizam a legitimidade da gestão pública. A Lei de Responsabilidade Fiscal, nº 101, de 04 de maio de 2000, objetiva tornar transparente a gestão fiscal no Brasil, que pode ser acompanhada e fiscalizada periodicamente pela população e pelos órgãos competentes. Ademais, estão em vigor, no Brasil, outros dispositivos legais que impõem ao setor público a divulgação de relatórios com os resultados da aplicação dos recursos públicos previstos nos instrumentos orçamentários, como a Lei Complementar nº 101, de 27 de maio de 2009, e a Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998. No contexto internacional, algumas ações relacionadas a boas práticas na gestão pública são sugeridas por determinadas organizações, como a *Organization for Economic Co-operation and Development* (OECD), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a *International Federation of Accountants* (Ifac). Estas organizações também indicam que a internet é uma ferramenta adequada para a disponibilização das informações aos cidadãos.

A internet tem caracterizado a forma de divulgação das informações públicas ao torná-las acessíveis, de maneira coletiva e ampla, e influenciado na qualidade, intensidade e velocidade da interação do setor público com os usuários de seus serviços. Assim como preconiza a legislação brasileira e as organizações internacionais, a maioria dos órgãos públicos utiliza a internet, mais especificamente, suas *homepages*, para divulgar informações sobre seus projetos, políticas, orçamentos, prestação de contas, bem como para desempenhar suas funções de forma integrada e transparente, o que lhes permite garantir um caráter democrático, com participação social (FIGUEIREDO; SANTOS, 2014).

Por outro lado, a ação de disponibilizar aos cidadãos as informações do setor público, utilizando determinados canais de comunicação, não define o nível de transparência da

instituição, pois ela engloba outros aspectos de governança, inclusive, o conceito de *accountability*, o qual “encerra a responsabilidade, a obrigação e a responsabilização de quem ocupa um cargo em prestar contas segundo os parâmetros da lei, estando envolvida a possibilidade de ônus, o que seria a pena para o não cumprimento dessa diretiva”, segundo Pinho e Sacramento (2009, p. 1.348). Há evidências, de acordo com a literatura científica relevante da área, de que a transparência é um construto, ou seja, um conceito teórico não observável diretamente, multidimensional (GRIMMELIKHUIJSEN; WELCH, 2012), o que indica ir além da simples disponibilização de informações.

Ainda que a transparência esteja em voga no discurso público, não há uma teoria consolidada sobre a transparência nas relações públicas, o que denota ser uma via promissora para futuras investigações (WEHMEIER; RAAZ, 2012). A partir da análise da literatura, não foram encontradas propostas e/ou aplicações de ferramentas que permitam avaliar a transparência no âmbito das Universidades Públicas, mais especificamente, no Brasil. As propostas e/ou aplicações de ferramentas e modelos encontrados referem-se, na maioria dos casos, à esfera dos governos municipal (prefeituras) e estadual. Isto posto, emerge a seguinte pergunta que orienta o estudo: *Como o fragmento da literatura referente à transparência nas Universidades Públicas tem se desenvolvido na comunidade científica e quais as oportunidades de pesquisa a serem exploradas?* Dessa forma, o presente estudo teve como objetivo apresentar um panorama dos estudos científicos desenvolvidos acerca da transparência nas Universidades Públicas do Brasil e identificar lacunas no conhecimento para oportunizar o desenvolvimento de possíveis estudos sobre a temática.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma revisão de literatura de forma sistemática, a qual possibilita o desenvolvimento de um portfólio de artigos científicos constituído a partir da definição de um protocolo de busca de publicações científicas, organização e análise dos dados (FERENHOF & FERNANDES, 2016).

Dessa forma, foi realizada uma busca nas seguintes bases de dados/coleções disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES: *Scopus, OneFile (GALE), Web of Science, Wiley, Sage, Proquest, SpringerLink, Scielo, Technology Research Database, Sociological Abstracts, Materials Research Database, Materials Business File e BMJ Journals*. Foram utilizados os seguintes critérios de busca: título contendo as palavras-chave e operadores booleanos: “*transparency*” AND “*government*” OR “*public sector*” OR “*public procurement*” OR “*procurement model*” OR “*public policy*” OR “*public bid*” OR “*bidding*” OR “*public tender*” OR “*public management*” OR “*university*”; artigos científicos revisados por pares; e publicações realizadas no horizonte temporal de 2011 a 2016. Retornaram, a partir da busca, 203 artigos científicos. Com o intuito de organizar os artigos científicos resultantes das buscas nas bases de dados selecionadas, foi utilizada a ferramenta de pesquisa online EndNote®. Este *software* possibilita o gerenciamento das bibliografias e referências dos artigos científicos.

A partir disso, foi realizado uma nova filtragem a partir da leitura dos títulos, resumos e exclusão das publicações duplicadas. Dessa forma, 81 artigos foram selecionados para posterior análise de representatividade, cujo critério utilizado foi a quantidade de citações, os quais estão apresentados nos resultados do presente estudo.

A partir da revisão de forma sistemática, também foi possível realizar um estudo bibliométrico dos trabalhos científicos, o qual é definido por Plkington e Meredith (2009) como “o emprego de padrões de escrita, publicações e de literatura pela aplicação de diversas análises estatísticas; e a técnica de investigação que tem por fim a análise do tamanho, crescimento e distribuição da bibliografia num determinado campo do conhecimento”.

## RESULTADOS

A transparência é um elemento essencial para evidenciar as informações acerca das ações do setor público, fazê-las chegar aos cidadãos e reduzir a corrupção (CARLO BERTOT; JAEGER; GRIMES, 2012). Além disso, ela é considerada pelos autores mais prolíferos na área como um elemento capaz de aumentar a confiança dos cidadãos e melhorar o nível de governança das instituições públicas (GRIMMELIKHUIJSEN; PORUMBESCU; HONG; IM, 2013; GRIMMELIKHUIJSEN, 2012). No entanto, disponibilizar as informações para acesso público não caracteriza plenamente a transparência, pois outros critérios também são relevantes. O local e a forma como a informação é tornada pública pode promover o engajamento da sociedade nas decisões governamentais, especialmente se as informações forem disponibilizadas por meio de ferramentas mais usuais para os cidadãos (ARMSTRONG, 2011; HEALD, 2012). Os governos estão cada vez mais publicando seus dados para permitir que as organizações e os cidadãos tenham acesso e possam analisá-los. No entanto, a heterogeneidade dos tipos de dados governamentais abertos dificulta a consulta adequada e a análise, o que limita a transparência desejada (HEISE; NAUMANN, 2012). Para melhorar a transparência das ações públicas, os governos devem superar esses obstáculos que afetam a chegada das informações à sociedade, referentes à compreensão de números, orçamentos e outras informações não usuais à população (HEALD, 2012).

As informações governamentais disponíveis gratuitamente, em meio eletrônico, estão em constante crescimento e alguns aspectos podem impactar na melhoria da transparência do setor público, como o uso das mídias sociais. As autoridades públicas têm investido esforços em novas formas de aumentar a sua própria eficiência e serem mais proativas nas relações com os cidadãos, porém, há poucas evidências de que a internet, por meio do governo eletrônico, implicou em mudanças radicais para o setor público, por exemplo, em países europeus (BONSON et al., 2012). Neste sentido, especialmente no contexto internacional, os governos estão usando a internet e ferramentas de mídias sociais para promover a transparência, no entanto, a promoção da participação social ainda está em um estágio incipiente. Apesar de as mídias sociais influenciarem nas formas como as pessoas interagem umas com as outras e com os governos, assim como seu poder de promover a transparência (CARLO BERTOT; JAEGER; GRIMES, 2012), o setor público tem se apresentado como um mero expectador, sem presença ativa nas principais redes sociais (BONSON et al, 2012) e, portanto, sem um canal de comunicação ativo com a sociedade.

A literatura científica da área indica não haver necessariamente uma associação positiva entre transparência e a percepção pública de legitimidade política, ou seja, os tomadores de decisão não devem assumir que a transparência proporcionará efeitos positivos na crença dos cidadãos no governo (LICHT, 2014). Dessa forma, o contexto da tomada de decisão deve ser considerado ao analisar as consequências de maior transparência nas ações públicas. Embora a transparência no setor público seja necessária, é importante ter cautela, por exemplo, com o uso das tecnologias da informação e comunicação e o risco de sobrecarga de informações e propagandas (GRIMMELIKHUIJSEN, 2012). Os riscos que envolvem a divulgação de informações públicas ainda não são totalmente reconhecidos pela literatura.

Em relação às Universidades, há uma busca constante por manter ou melhorar suas posições nos processos avaliativos e *rankings* que comparam seus desempenhos. Para isso, os gestores universitários buscam aprimorar suas políticas e estratégias, incluindo, assim, a necessidade crescente de disponibilizar informações confiáveis e transparentes sobre as tomadas de decisões (JAROCKA, 2015). No entanto, apesar da preocupação das Universidades brasileiras em cumprir a legislação e publicar relatórios referentes a gastos e investimentos, são pouco comuns as iniciativas que utilizam ferramentas de comunicação

social, como facilitadoras do acesso e da compreensão das informações por parte da sociedade (SILVEIRA, 2012).

Por meio da análise bibliométrica, observou-se maior número de publicações alinhadas ao tema da pesquisa no ano de 2012, com 23 artigos, logo em seguida, nos anos de 2014 e 2015, com 20 e 19 publicações, respectivamente. Em relação ao ano de 2016, cinco artigos foram selecionados, no entanto, este ano não consta na Figura 1, pois a busca foi realizada no primeiro semestre deste ano. Os 81 artigos científicos alinhados ao tema da pesquisa foram publicados em diversos periódicos, cujos destaques são: o periódico *Public Administration Review*, dedicado ao avanço na excelência do serviço público, com 11 publicações, o periódico *Government Information Quarterly*, com cinco publicações, e os periódicos *The American Review of Public Administration* e *Public Relations Review*, ambos com quatro publicações no banco de artigos selecionados. O periódico *Public Administration Review* possui fator de impacto de 1,973 e é classificado como A1 no Qualis CAPES 2014 nas áreas de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, e como A2 na área de Economia.

Dos 142 autores dos 81 artigos científicos analisados, dois autores se destacam por possuírem mais de duas publicações no conjunto de artigos alinhados ao tema da pesquisa: Stephan Grimmelikhuijsen, professor assistente na Universidade de Utrecht, com oito publicações e Gregory Porumbescu, da Universidade de Illinois, com quatro publicações. Os dois autores possuem uma publicação em conjunto, a qual faz parte do banco de artigos selecionados: *The effect of transparency on trust in government: A cross-national comparative experiment*, publicado em 2013 e com 73 citações. Stephan Grimmelikhuijsen, portanto, é o autor mais prolífero na área da pesquisa; suas publicações estão relacionadas à transparência no setor público e foram citadas 493 vezes desde 2011, segundo dados coletados no *Google Acadêmico*, em 03 de maio de 2016.

Dois artigos possuem mais de 100 citações, destacando-se como os mais relevantes do banco de artigos selecionados: *Local e-government 2.0: Social media and corporate transparency in municipalities* (BONSON, E.; TORRES, L.; ROYO, S.; FLORES, F., 2012), com 272 citações; e *Promoting transparency and accountability through ICTs, social media, and collaborative e-government* (CARLO BERTOT, J.; JAEGER, P. T.; GRIMES, J. M., 2012), com 122 citações. A partir da verificação do número de citações, foram lidos, na íntegra, os artigos com maior reconhecimento científico, quais sejam, 38 publicações cujo percentual de citações ultrapassa 96% do total de citações do banco de artigos selecionados.

A leitura integral dos 38 artigos científicos com maior reconhecimento científico relacionado ao tema da transparência no setor público possibilitou a identificação das sugestões para futuros trabalhos, com o intuito de identificar as lacunas de pesquisa. As oportunidades de pesquisa na área, portanto, advém da literatura científica recente e representativa da temática, indicando perspectivas futuras para a pesquisa acerca da transparência no setor público, conforme apresentadas na sequência:

- ✓ Investigação no tocante à utilização da *internet* e das redes sociais, pelo setor público, como ferramentas de apoio à transparência de suas ações (BONSON et al, 2012). Dessa forma, estudos longitudinais ajudariam a elucidar se o setor público evoluiu para um governo eletrônico ou se permanece em um estágio incipiente;
- ✓ Análise do impacto da combinação das tecnologias da informação e comunicação, com as mídias sociais e com as iniciativas de governo eletrônico para o desenvolvimento de um governo transparente (CARLO BERTOT; JAEGER; GRIMES, 2012);
- ✓ Desenvolvimento de modelos para avaliação da eficácia da participação dos cidadãos (*e-participation*) na administração pública (KIM; LEE, 2012);

- ✓ Avaliação das condições nacionais relacionadas com a participação do público nas atividades de gestão de orçamentos e os possíveis efeitos dessa participação (HARRISON; SAYOGO, 2014).
- ✓ Análise da influência das dimensões culturais de diferentes localidades na confiança dos cidadãos no setor público (GRIMMELIKHUIJSEN; PORUMBESCU; HONG; IM, 2013), a partir da construção de modelo multidimensional;
- ✓ Descrição precisa acerca da transparência, e distinção entre seus diferentes tipos (GRIMMELIKHUIJSEN; WELCH, 2012), considerando a atualidade desta temática.
- ✓ Desenvolvimento de modelo de motivação institucional (ARMSTRONG, 2011), a partir da avaliação da relação entre o tipo, o local e a forma como a informação pública é disponibilizada ao cidadão e o impacto disso no engajamento dos cidadãos no setor público.
- ✓ Criação de uma estratégia nacional de responsabilização e transparência para os países em desenvolvimento, o qual considere o desenho e a implementação de um sistema de gestão pública integrada que possa efetivamente realizar a gestão financeira, de pessoal, de desempenho, do investimento público e de contratos (APAZA, 2012).
- ✓ Examinar as dimensões e fatores críticos de sucesso e fracasso envolvidos na adoção de um governo aberto (*Open Government*) (PURON-CID, 2014).
- ✓ Desenvolver estudos de transparência relacionados à comunicação organizacional, os quais podem fornecer *insights* sobre interação e comunicação estratégicas no setor público (WEHMEIER; RAAZ, 2012).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estratégias de seleção de um portfólio bibliográfico alinhado ao tema da transparência nas Universidades Públicas Brasileiras, permitiram a realização de uma análise bibliométrica, cujos resultados possibilitaram a identificação do periódico *Public Administration Review* como o que mais publica nesta área e que, portanto, é um importante canal para publicação de pesquisas acerca da temática. Quanto aos autores, Stephan Grimmelikhuijsen e Gregory Porumbescu são os mais proeminentes nesta área. Os artigos com maior reconhecimento científico referente à transparência nas Universidade Públicas Brasileiras são: *Local e-government 2.0: Social media and corporate transparency in municipalities* (BONSON, E.; TORRES, L.; ROYO, S.; FLORES, F., 2012) e *Promoting transparency and accountability through ICTs, social media, and collaborative e-government* (CARLO BERTOT, J.; JAEGER, P. T.; GRIMES, J. M., 2012).

Com base na análise dos artigos alinhados ao tema investigado, foi verificada a ausência de estudos que abordem a transparência como um construto constituído por diferentes dimensões, bem como estudos que construam modelos ou ferramentas de gestão para o contexto universitário, com o intuito de avaliar o nível de transparência das Universidades Públicas Brasileiras. Portanto, sugere-se que em futuras investigações estas oportunidades de pesquisa sejam exploradas, a fim de que seja preenchida a lacuna no conhecimento científico referente a este fragmento da literatura.

## REFERÊNCIAS

- ABAZI, Vigilencia; TAUSCHINSKY, Eljalill. Reasons of Control and Trust: Grounding the Public Need for Transparency in the European Union. **Utrecht Law Review**, v. 11, n. 2, p. 78-90, 2015.
- ABUSHAMSIEH, Khalil; LÓPEZ-HERNÁNDEZ, Antonio M.; ORTIZ-RODRÍGUEZ, David. The development of public accounting transparency in selected Arab countries. **International Review of Administrative Sciences**, v. 80, n. 2, p. 421-442, 2014.
- APAZA, Carmen R. Ensuring accountability and transparency through integrated public management systems. **PS: Political Science & Politics**, v. 45, n. 03, p. 435-441, 2012.
- ARGYROUS, George. Evidence based policy: principles of transparency and accountability. **Australian Journal of Public Administration**, v. 71, n. 4, p. 457-468, 2012.
- ARMSTRONG, Cory L. Providing a clearer view: An examination of transparency on local government websites. **Government Information Quarterly**, v. 28, n. 1, p. 11-16, 2011.
- BERNICK, E. Lee; BIRDS, Jonathan M.; BREKKEN, Katheryn; GOURRIER, Al G.; KELLOGG, Leander D. Explaining county government fiscal transparency in an age of e-government. **State and Local Government Review**, v. 46, n. 3, p. 173-183, 2014.
- BONSÓN, Enrique; TORRES, Lourdes; ROYO, Sonia; FLORES, Francisco. Local e-government 2.0: Social media and corporate transparency in municipalities. **Government Information Quarterly**, v. 29, n. 2, p. 123-132, 2012.
- CARLO BERTOT, John; JAEGER, Paul T.; GRIMES, Justin M. Promoting transparency and accountability through ICTs, social media, and collaborative e-government. **Transforming Government: People, Process and Policy**, v. 6, n. 1, p. 78-91, 2012.
- CRUZ, Cláudia F.; FERREIRA, Aracéli C. de S.; SILVA, Lino M. da; MACEDO, Marcelo A. da S. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 153-76, 2012.
- CUADRADO-BALLESTEROS, Beatriz. The impact of functional decentralization and externalization on local government transparency. **Government Information Quarterly**, v. 31, n. 2, p. 265-277, 2014.
- CUKIERMAN, Alex. The limits of transparency. **Economic Notes**, v. 38, n. 1-2, p. 1-37, 2009.
- FERENHOF, Helio Aisenberg; FERNANDES, Roberto Fabiano. Systematic Review and Bibliometrics: A Step-by-step Guide. V.3.00. 2016. Available at: <[http://www.igci.com.br/artigos/steps\\_srb.pdf](http://www.igci.com.br/artigos/steps_srb.pdf)> Accessed at: 17/09/2016.
- FERRY, Laurence; ECKERSLEY, Peter. Accountability and transparency: a nuanced response to Etzioni. **Public Administration Review**, v. 75, n. 1, p. 11-12, 2015.
- FIGUEIREDO, Vanuza S.; SANTOS, Waldir J. L. Transparência e participação social da

gestão pública: análise crítica das propostas apresentadas na 1ª Conferência Nacional sobre Transparência Pública. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 6, n. 1.

GARLAND, Ruth. Transparency in politics and the media: accountability and open government. **Journal of Media Practice**, v. 16, n. 1, p. 94-96, 2015.

GAVAZZA, Alessandro; LIZZERI, Alessandro. Transparency and manipulation of public accounts. **Journal of Public Economic Theory**, v. 13, n. 3, p. 327-349, 2011.

GRAHAM, Farrah S. Examining Open Government at the Education Department. **Public Manager**, v. 40, n. 4, p. 50, 2011.

GRIMMELIKHUIJSEN, Stephan. Linking transparency, knowledge and citizen trust in government: An experiment. **International Review of Administrative Sciences**, v. 78, n. 1, p. 50-73, 2012.

GRIMMELIKHUIJSEN, Stephan G.; WELCH, Eric W. Developing and testing a theoretical framework for computer-mediated transparency of local governments. **Public administration review**, v. 72, n. 4, p. 562-571, 2012.

GRIMMELIKHUIJSEN, Stephan; PORUMBESCU, Gregory.; HONG, Boram.; IM, Tobin. The effect of transparency on trust in government: A cross-national comparative experiment. **Public Administration Review**, v. 73, n. 4, p. 575-586, 2013.

GRIMMELIKHUIJSEN, Stephan; KLIJN, Albert. The Effects of Judicial Transparency on Public Trust: Evidence from a Field Experiment. **Public Administration**, v. 93, n. 4, p. 995-1011, 2015.

HARDER, Carolyn T.; JORDAN, Meagan M. The transparency of county websites: A content analysis. **Public Administration Quarterly**, v. 37, n. 1, p. 103-128, 2013.

HARRISON, Teresa M.; SAYOGO, Djoko S. Transparency, participation, and accountability practices in open government: A comparative study. **Government Information Quarterly**, v. 31, n. 4, p. 513-525, 2014.

HEALD, David. Why is transparency about public expenditure so elusive?. **International Review of Administrative Sciences**, v. 78, n. 1, p. 30-49, 2012.

HEISE, Arvid; NAUMANN, Felix. Integrating open government data with Stratosphere for more transparency. **Web Semantics: Science, Services and Agents on the World Wide Web**, v. 14, p. 45-56, 2012.

HONG, Hye Hyun. The Internet, transparency, and government–public relationships in Seoul, South Korea. **Public Relations Review**, v. 40, n. 3, p. 500-502, 2014.

JAROCKA, Marta. Transparency of University Rankings in the Effective Management of University. **Business, Management and Education**, v. 13, n. 1, p. 64, 2015.

JUSTICE, Jonathan B.; MCNUTT, John G. Social capital, e-government, and fiscal transparency in the states. **Public Integrity**, v. 16, n. 1, p. 5-24, 2013.



KIDD, Danielle M. E-Verify: Promoting Accountability and Transparency in Federal Procurement through Electronic Employment Verification. **Public Contract Law Journal**, v. 40, n. 3, p. 829-848, 2011.

KIM, Soonhee; LEE, Jooho. E-Participation, Transparency, and Trust in Local Government. **Public Administration Review**, v. 72, n. 6, p. 819-828, 2012.

LICHT, Jenny de F. Policy area as a potential moderator of transparency effects: An experiment. **Public administration review**, v. 74, n. 3, p. 361-371, 2014.

LORETAN, Rolet. Commentary: Transparency and Trust in Government from the Vantage Point of the International Institute of Administrative Sciences. **Public Administration Review**, v. 73, n. 4, p. 586-587, 2013.

LOURENÇO, Rui P.; SÁ, Patrícia M.; JORGE, Susana; PATTARO, Anna F. Online Transparency for Accountability: One Assessing Model and Two Applications. **Electronic Journal of e-Government**, v. 11, n. 2, p. 280-292, 2013.

LOURENÇO, Rui Pedro. An analysis of open government portals: A perspective of transparency for accountability. **Government Information Quarterly**, v. 32, n. 3, p. 323-332, 2015.

NEWBOLD, Stephanie P. Federalist No. 27: Is Transparency Essential for Public Confidence in Government?. **Public Administration Review**, v. 71, n. s1, p. 47-52, 2011.

OCHRANA, František; PAVEL, Jan. Analysis of the Impact of Transparency, Corruption, Openness in Competition and Tender Procedures on Public Procurement in the Czech Republic. **Central European Journal of Public Policy**, v. 7, n. 2, p. 114-134, 2013.

O'NEILL, Paul H. Truth, Transparency, and Leadership. **Public Administration Review**, v. 72, n. 1, p. 11-12, 2012.

PINHO, José A. G. de; SACRAMENTO, Ana R. S. Accountability: can we now translate it into Portuguese?. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, 2009.

PURON-CID, Gabriel. Factors for a successful adoption of budgetary transparency innovations: A questionnaire report of an open government initiative in Mexico. **Government Information Quarterly**, v. 31, p. 49-62, 2014.

RENZIO, Paolo; ANGEMI, Diego. Comrades Or culprits? Donor engagement and budget transparency in aid-dependent countries. **Public Administration and Development**, v. 32, n. 2, p. 167-180, 2012.

RENSBURG, Ronél. Public relations and communication management in South Africa: An intangible asset in a time of radical transparency. **Public Relations Review**, v. 2, n. 40, p. 127-135, 2014.

RENSBURG, Ronél. Public relations and communication management in South Africa: An intangible asset in a time of radical transparency. **Public Relations Review**, v. 2, n. 40, p. 127-135, 2014.

REYNAERS, Anne; GRIMMELIKHUIJSEN, Stephan. Transparency in public-private partnerships: not so bad after all?. **Public Administration**, v. 93, n. 3, p. 609-626, 2015.

SHKABATUR, Jennifer. Transparency with (out) accountability: Open government in the United States. **Yale Law & Policy Review**, v. 31, n. 1, p. 79-140, 2012.

SILVEIRA, Aline Reinhardt da. **A comunicação pública a serviço da transparência pública na internet**: estudo em portais de universidades federais. 2012. 54 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Administração Pública Contemporânea, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/70034>>. Acesso em: 16 maio 2016.

THORNTON, Joel B.; THORNTON, Elaine. Assessing state government financial transparency websites. **Reference Services Review**, v. 41, n. 2, p. 366-387, 2013.

VILLENEUVE, Jean-Patrick. Transparency of Transparency: The pro-active disclosure of the rules governing Access to Information as a gauge of organisational cultural transformation. The case of the Swiss transparency regime. **Government Information Quarterly**, v. 31, n. 4, p. 556-562, 2014.

WEHMEIER, Stefan; RAAZ, Oliver. Transparency matters: The concept of organizational transparency in the academic discourse. **Public Relations Inquiry**, v. 1, n. 3, p. 337-366, 2012.

ZAHORSKY, Rachel M. The University of Denver's law school takes an extra step toward transparency for its graduate employment data. **ABA Journal**, v. 98, n. 7, p. 32-32, 2012.